

Eunice Vieira Pereira

## **Mulheres Perpetradoras de Abusos Sexuais de Menores**



**Universidade Fernando Pessoa**

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Porto, 2019

**Eunice Vieira Pereira**

## **Mulheres Perpetradoras de Abusos Sexuais de Menores**



**Universidade Fernando Pessoa**

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Porto, 2019

**Universidade Fernando Pessoa**

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

**PROJETO DE GRADUAÇÃO**  
**LICENCIATURA EM CRIMINOLOGIA**

Eunice Pereira

---

Projeto de Graduação apresentado à Faculdade  
de Ciências Humanas e Sociais da  
Universidade Fernando Pessoa, como parte dos  
requisitos para obtenção do Grau  
de Licenciatura em Criminologia, sob a  
orientação do Professor Doutor Luís Santos.

## **Resumo**

A prevalência de abusos sexuais perpetrados por mulheres em estudos de vitimização são significativamente diferentes das mulheres condenadas. Portanto, é importante reiterar que os dados dos relatórios de casos, em particular as estatísticas da justiça criminal, refletem apenas os casos que entraram em contato com os sistemas de justiça criminal ou de proteção à criança.

De forma a fazer face a estas cifras negras, o presente projeto de graduação visa desenvolver uma entrevista semiestruturada junto de profissionais que trabalham com a temática dos abusos sexuais, técnicos do setor de justiça criminal e do setor de proteção à vítima criança, de forma a comparar a percepção que ambos têm sobre as ofensoras sexuais.

Palavras-chave: criminalidade sexual; género; mulheres ofensoras

## **Abstract**

The prevalence of sexual abuse perpetrated by women in victimization studies is significantly different from condemned women. Therefore, it is important to reiterate that case report data, in particular criminal justice statistics, reflect only those cases that have come into contact with criminal justice or child protection systems.

In order to address these black figures, this undergraduate project aims to develop a semi-structured interview with professionals working on the theme of sexual abuse, criminal justice and child victim protection technicians, in order to compare their perceptions of female sexual offenders.

Key words: sexual crime; gender; female offenders

## **Agradecimentos**

Queria deixar aqui o meu agradecimento a todos os docentes de Criminologia da Universidade Fernando Pessoa por todo o conhecimento através da sua grande experiência.

Ao meu orientador, Professor Doutor Luís Santos, pelo apoio prestado ao longo dos vários meses de elaboração deste projeto.

Aqui presto ainda um enorme agradecimento aos meus pais, pois foram eles que me proporcionaram tudo isto que é a minha vida. Obrigada mamã. Obrigado papá.

Obrigado André por todo o amor e paciência. Na realização deste projeto e em tudo na minha vida tens sido incansável e serei eternamente grata por tudo o que és para mim.

Ao meu irmão Diogo que é a minha inspiração.

À minha grande amiga Carina pela ajuda e suporte em tudo.

A todos, o meu sincero, muito obrigada!

## Índice Geral

Introdução.....	12
CAPITULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO .....	13
1. Conceito de abuso sexual .....	14
2. Abusadores primários ou preferenciais .....	16
3. Abusadores secundários ou situacionais .....	17
4. Caracterização da mulher ofensora.....	17
5. Características e dinâmicas do abuso sexual perpetrado por mulheres.....	19
5.1 Dados epidemiológicos.....	19
a) Prevalência.....	19
b) Características da ofensora/Tipologias.....	20
c) Características da vítima.....	22
d) Tipo e severidade do abuso.....	23
5.2 Fatores de vulnerabilidade ao abuso .....	24
5.3 Dinâmicas abusivas e dificuldades de revelação .....	24
5.4 Consequências dos abusos sexuais de menores .....	26
CAPÍTULO II – ESTUDO EMÍRICO.....	28
2. Metodologia.....	29
2.1 Proposta de Intervenção.....	29
2.2 Objetivo Geral .....	29
2.3 Objetivos Específicos .....	29
2.4 Método .....	30
2.5 Participantes .....	30
2.7 Procedimentos .....	31
3. Apresentação e Discussão dos Resultados Esperados .....	32
Conclusão .....	32



Referências bibliográficas .....	34
----------------------------------	----

Anexos	
--------	--

## **Índice de Siglas**

**CP-** Código Penal

**APAV-** Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

**PSP-** Polícia de Segurança Pública

## **Índice de Anexos**

**Anexo A-** Prevalência do abuso sexual perpetrado por mulheres de acordo com estudos de vitimização.

**Anexo B-** Dados de “Estatísticas da Justiça”

**Anexo C-** Informação recolhida pela APAV relativa ao sexo do ator do crime de abuso sexual

**Anexo D-** Questionário sociodemográfico

**Anexo E-** Guião de entrevista

**Anexo F-** Consentimento Informado

**Anexo G-** Autorização para gravação de áudio

## **Introdução**

Ao longo dos últimos anos, a temática do abuso sexual tem progressivamente adquirido interesse a nível científico devido ao impacto que causa, tanto às vítimas como aos agressores, e, por isso, se tem tornado tão necessário criar planos de avaliação e intervenção com estes. Embora grande parte da atenção em crimes sexuais se concentre nos homens como agressores, uma maior consciencialização das mulheres (habitualmente retratadas como vítimas) como ofensoras sexuais tem surgido. Porém, permanecem ainda evidências de uma abordagem diferente a nível processual penal assente na construção social de género.

Mediante estes aspetos e apesar da escassez de evidências empíricas, quer a nível internacional quer relativamente à realidade portuguesa, de prevalência em situações de abuso sexual de crianças perpetradas por mulheres, o presente projeto de graduação objetiva facultar uma melhor compreensão do fenómeno de abuso sexual de crianças por indivíduos pertencentes ao sexo feminino.

Inicialmente será feita uma revisão da literatura que visa abordar os conceitos de abuso sexual, abusadores primários e abusadores situacionais, bem como fazer uma caracterização da mulher ofensora na nossa sociedade. Posteriormente serão explanados os dados epidemiológicos, assim como os fatores de vulnerabilidade ao abuso, as dinâmicas abusivas e dificuldades de revelação e as consequências dos abusos sexuais de menores.

Deste modo, numa tentativa de retratar a conceptualização teórica apresentada, a componente empírica procura fazer uma proposta de investigação para compreender junto de profissionais que trabalham diariamente com a problemática dos abusos sexuais a sua perceção sobre as mulheres perpetradoras de abusos sexuais de menores. Como instrumento de recolha de dados, a entrevista semiestruturada foi eleita como instrumento de recolha de dados.

O projeto termina com uma previsão do que seriam os resultados e a importância dos mesmos no combate ao abuso sexual, uma breve conclusão no qual serão apresentadas algumas considerações, as referências bibliográficas e os anexos, onde consta o guião de entrevista direcionado aos técnicos, o consentimento informado, a autorização de gravação áudio e o pedido de autorização às instituições.

## **CAPITULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

## 1. Conceito de abuso sexual

A conceptualização de “abuso sexual” não é unânime por parte dos investigadores pois as definições e critérios utilizados por estes variam nas idades limite consideradas e nos atos considerados abusivos (Machado, 2003). Com a dificuldade apresentada surgem dificuldades de operacionalização como a variabilidade dos resultados obtidos nos estudos e problemas quanto à sua comparabilidade (Haugaard, 2000, citado por Machado, 2003).

Contudo, a relação existente entre a vítima e o do ofensor, a exploração da criança, as ofensas mesmo que sem contacto físico, o nível de satisfação obtido pelo ofensor e o facto de o ato ser considerado ofensivo independentemente da idade do perpetrador são critérios comuns às definições geralmente utilizadas na literatura (Finkelhor, 2009).

Os abusos sexuais são um fenómeno inerente a todas as classes sociais, sociedades e estatutos económicos, porém em estratos socioeconómicos mais desfavorecidos verifica-se uma maior taxa de denúncia devido à inferior capacidade de ocultação de comportamentos abusivos pois estão em recorrente exposição a instituições de apoio social (Wolfe & Birt, 1997 citado por Machado, 2003). No entanto, a situação estende-se a todas as classes sociais, pese embora as taxas de denúncia não correspondam à realidade devido ao “síndrome de segredo” (Furniss, 1993).

Em Portugal, o tema torna-se de interesse público quando foram revelados alguns casos de abusos sexuais em contexto de institucionalização, (Maria, 2007), o que levou à realização de estudos e eventos científicos e a revisão do código penal (Fávero, 2003).

De um ponto de vista jurídico, o Código Penal Português considera o abuso sexual um crime contra a autodeterminação sexual (Secção II do Código Penal). Segundo o artigo 171º do Código Penal é punido pelo crime de abuso sexual de crianças quem “*praticar acto sexual de relevo com ou em menor de 14 anos*”. É considerado este limiar legal pois considera-se que um menor é incapaz de se autodeterminar e consentir devido à sua imaturidade desenvolvimental, pelo que, mesmo na ausência de meios violentos ou coação da vítima, o ato é suscetível de prejudicar o seu desenvolvimento. (Carmo, 2000 citado por Machado, 2003).

É punido ainda, segundo o mesmo artigo, quem importunar o menor “*por meio de conversa, escrito, espetáculo ou objetos pornográficos*” e “*aliciar menor a assistir a abusos sexuais ou atividades sexuais*”

Os abusos sexuais são geralmente denunciados por vítimas do sexo feminino (85% dos casos, segundo Wolfe, Wolfe & Best, 1988 citado por Machado, 2003), contudo, a vergonha, a crença na ineficácia policial, o medo de retaliações e da reação social são fatores responsáveis pela baixa taxa de denúncia dos crimes sexuais, são exemplo, no sexo masculino, os estereótipos culturais e o receio de serem considerados homossexuais que inibem estes de denunciarem o crime.

Todas as crianças, de diferentes idades, estão em risco de serem vítimas de abuso sexual (Fávero, 2003). Porém, vários autores, como Finkelhor, 1993; Oliveira e Santos, 1993 Almeida, 1997 e Fernandes, 1990 citado por Fávero, 2003, concluíram com os seus estudos uma maior prevalência de crianças menores de 14 anos vítimas deste abuso. Estas estimativas são obtidas por investigações internacionais, já que os autores indicam que as estatísticas nacionais não se distinguem significativamente (Maria, 2007).

Na nossa sociedade temos um estereótipo na qual atribuímos perigosidade às pessoas que nos são estranhas, mas segundo estudos há uma maior prevalência dos abusadores sexuais serem próximos da criança. Um estudo realizado por Fischer e McDonald (1998, citado por Machado, 2003) encontrou 44% casos de abuso intrafamiliar e 56% perpetrados por elementos exteriores à família.

O abuso sexual intrafamiliar é geralmente mais prolongado e em maior progressão de violência, causando mais danos psicológicos, comparativamente com casos de abuso sexual de crianças extrafamiliar. Estes abusos ocorrem geralmente no domicílio da vítima e em seguida em espaço comum a vítima e abusador, já as agressões em espaço público e em residências de familiares do abusador ou da vítima são em menor número (Fávero, 2003).

Desta forma, os autores, optaram por uma apresentação bipartida do abusador sexual de crianças: o abusador primário ou preferencial e o abusador secundário ou situacional (Paulino, 2012).

## **2. Abusadores primários ou preferenciais**

O abusador primário ou preferencial é maioritariamente associado ao abuso intrafamiliar. A orientação sexual destes indivíduos é dirigida primariamente para crianças, na qual abusa de diversos menores e apresenta uma compulsão crónica e repetitiva para o abuso sexual (Gaitán, 2006). Não possuem interesse por adultos e podem demonstrar uma fobia ou rejeição do sexo com mulheres. Esta tendência pode estar relacionada com abusos sexuais sofridos na infância, sentimentos de inferioridade, incapacidade para estabelecer relações sociais, uma vez que são caracterizados na sua vida social pela imaturidade, passividade e dependência, pela dificuldade em ter relações heterossexuais normais e pela aprendizagem de atitudes extremas negativas face à sexualidade. Assim, os abusadores preferenciais optam pelas vítimas crianças pois estas não exigem condições completas de virilidade e potência na relação e assim o abusador pode realizar um ato sexual pobre e incompleto (Verde, 2005). Estas pessoas são, no sentido estrito do termo, pedófilos (Gaitán, 2006).

Do ponto de vista cognitivo, os abusadores primários consideram as suas condutas sexuais apropriadas e consideram que o abuso é uma forma de educação sexual adequada para as crianças e por essa razão não revelam sentimentos reais de culpa ou vergonha pelas suas atividades pedófilas (Costa, 2003; Gaitán, 2006; Echeburúa & Guerricaechevarría, 2000 citado por Paulino, 2012). Este tipo de abusador apresenta uma maior probabilidade de desenvolver um ritual sexual, pelo que frequentemente, planeia e procura uma vítima específica (Douglas *et al.*, 2006 citado por Paulino, 2012), recorrendo a diversas estratégias de atração, tais como a simpatia para com as crianças, comportamentos infantis, interesses pessoais compatíveis com os interesses dos menores, prendas, entre outros (Gaitán, 2006).

Segundo Salter (2003) os pedófilos fazem uso da manipulação para se servirem da ingenuidade das crianças com o intuito de abusar sexualmente delas e raramente fazem uso da violência para atingir este fim.

É importante salientar, que a maioria das ofensas sexuais perpetradas pelos pedófilos ocorrem sem contacto, como exhibir os órgãos sexuais e observar secretamente o menor. Apenas uma minoria dos atos pedófilos envolve penetração do pénis (Howitt, 2006 citado por Paulino, 2012).



Quanto à preferência do sexo da criança, esta não é relevante para os “verdadeiros” pedófilos pois estes sentem-se atraídos por crianças impúberes, pelo que os rapazes e as raparigas não têm grande distinção física (Albuquerque, 2006).

### **3. Abusadores secundários ou situacionais**

Os abusadores inseridos nesta categoria têm contactos sexuais isolados com crianças, consequência de uma situação de solidão ou *stress* (Echeburúa & Guerricaechevarría, 2000 citado por Paulino, 2012). Habitualmente têm relações sexuais com adultos, porém quando sofre uma crise de identidade comete um ato abusivo (ou mais) (Gaitán 2006). Visto, este ser um ato esporádico e impulsivo, a existência de sentimentos de culpa e vergonha e a inexistência de distorções cognitivas são comuns neste tipo de abusadores (Echeburúa & Guerricaechevarría, 2000 citado por Paulino 2012; Gaitán, 2006).

Porém, Moura (1998) defende que não são apenas as situações problemáticas do quotidiano dos agressores que movem estes a abusar de crianças, mas sim porque se sentiam inibidos, até fatores da conjuntura da vida atual o desinibirem.

Também para Howitt (2006 citado por Paulino, 2012) o *stress*, os problemas conjugais ou familiares não são produto dos abusos, pois considera que “abusar de crianças é uma preferência sexual”.

Os abusadores secundários abusam com frequência de crianças da própria família (Barudy, 1998 citado por Fávero, 2003). A este tipo de abuso (intrafamiliar) chama-se incesto (Alberto, 2006; Costa, 2003; Magalhães, 2005).

O incesto sendo um abuso intrafamiliar, e por isso, existe maior confiança e intimidade entre a criança e o abusador, quando este é descoberto já é perpetrado há bastante tempo (Werner & Werner, 2004 citado por Paulino, 2012).

### **4. Caracterização da mulher ofensora**

Inicialmente, na Criminologia, os estudos teóricos realizados eram exclusivamente sobre o homem criminoso, uma vez que era a generalidade dos ofensores. Assim, o interesse pela criminalidade feminina só surgiu posteriormente, porém sempre numa perspetiva de comparação com o homem (Munice 1996 citado por Machado, 2004).

As ofensas das mulheres foram desde sempre consideradas pouco significativas (Elliot, 1994), o que nos discursos tradicionais da criminologia foi sub-representada como uma mulher que não é “má” mas sim “louca e doente”, e que é considerada uma “dupla transgressora” pois para além da lei transgride também os papéis de género adequados (Muncie, 1996 citado por Machado, 2004). Estas crenças contribuíram para o enviesamento do pensamento dos profissionais, na qual era impossível as mulheres poderem abusar de crianças. Nesta sequência, Mathis (1972) dizia “...que ela possa seduzir uma criança indefesa no jogo sexual é impensável, e mesmo que o fizesse, que mal poderia ser feito sem um pénis?” (Martins & Carneiro de Sousa, 2004). Com isto, é de extrema importância salientar que, embora, frequentemente, os atos abusivos envolvam o uso de força, ameaças ou coerção, esta não é uma característica necessária para se poder falar em abuso (Machado 2003).

Isto deve-se ao facto de a seleção de amostras serem formadas exclusivamente por homens, o comportamento do homem ser o foco da atenção e devido a grande parte dos estudos serem realizados por homens (Velmer et al. 1998 citado por Sacau, 2004).

A delinquência feminina é muito mais dependente de costumes, culturas e épocas do que a masculina, pois as práticas delinquentes são consideradas ao longo do tempo como tipicamente femininos, mudando, por vezes, a sua condição de ato criminoso ou não, são exemplos a prostituição e o aborto, bem como, por exemplo, as maioria das mulheres reclusas nos anos 50 eram-no por delitos sexuais, contudo eram condutas categorizadas como promiscuidade sexual (Feldman, 1977 citado por Sacau, 2004).

É importante salientar que grande parte dos estudos criminológicos se baseiam na análise de estatísticas oficiais que mostram o número de criminosas cadastradas, detidas, condenadas e/ou presas, porém existem as “cifras negras”, ou seja, há delitos não denunciados, não resolvidos, delinquentes não detidos, não condenados, pelo que não são conhecidos por parte das autoridades. Esta distorção vem produzida pelo denominado efeito funil (Sacau, 2004).

O efeito funil torna-se, ainda, mais evidente no que diz respeito à criminalidade efetuada por mulheres, verificando-se que as mulheres delituosas têm mais probabilidades de serem diagnosticadas como mentalmente desequilibradas e consequentemente indicadas para tratamento psiquiátrico do que para a prisão (Shaw & Dubois 1995 citado por Sacau,

2004). Isto deve-se ao facto do sexo feminino ser caracterizado pelo estereótipo de mulher submissa, sensível e passiva.

## **5. Características e dinâmicas do abuso sexual perpetrado por mulheres**

### **5.1 Dados epidemiológicos**

#### **a) Prevalência**

Existem dois métodos típicos para conhecer o alcance do abuso sexual: a prevalência e a incidência. A prevalência relata o número de indivíduos (geralmente adultos) que relataram terem sido vítimas de abuso pelo menos uma vez durante determinado período de tempo. A incidência tende a ser estimada no número de crimes registado em determinado período de tempo, normalmente um ano (Gannon & Rose 2008).

Os abusos sexuais perpetrados por mulheres são em menor proporção em relação aos ofensores masculinos, porém as taxas de prevalência indicam que as mulheres que abusam sexualmente de crianças representam entre 5 a 20% de todos os crimes sexuais (Gannon & Rose, 2008; Saradjian, 2010) ( Dettore & Fuligni, 1999; Kendall-Tackett & Simon, 1987 citado por Grattagliano, 2012).

Desde a década de 1960, numerosos estudos examinaram a prevalência do abuso sexual de crianças e forneceram evidências do envolvimento de mulheres como perpetradoras destes abusos. Exemplos desses estudos são dados pela Anexo A (Saradjian, 2010).

As percentagens reais variam muito, mas os dados indicam que há uma tendência para as vítimas do sexo masculino reportarem mais os abusos perpetrados por mulheres do que as vítimas do sexo feminino. Isto pode ser porque as mulheres abusam mais vítimas do sexo masculino (Saradjian, 2010). Saradjian (1996) descobriu que quando as mulheres abusavam sexualmente de adolescentes, elas tendiam a escolher vítimas de acordo com a sua orientação sexual, o que se presume que as mulheres se definiriam como heterossexuais. Contudo, relativamente às crianças mais novas, o sexo da criança parecia ser menos importante do que o que a criança significava para a mulher. (Saradjian, 2010)

A prevalência de ofensas sexuais perpetradas por mulheres em estudos de vitimização difere significativamente da percentagem de mulheres ofensoras identificadas/condenadas. Por isso, é importante reiterar que os dados de casos de relatos,

ou seja, aquelas que são consideradas as estatísticas oficiais, refletem apenas os casos que tiveram contacto com a justiça criminal ou sistemas de proteção de crianças. Assim, as estatísticas oficiais não consideram os casos que não foram reportados ou que foram reportados mas não houve processo judicial por várias razões. O que indica uma potencial falha para as mulheres ofensoras não serem identificadas e/ou reportadas no sistema de justiça criminal (Saradjian, 2010)

Segundo o *site* “Estatísticas da Justiça”, no ano de 2017 foram registados pelas autoridades policiais 937 crimes de abuso sexual de menores, dos quais foram condenados 301 homens e 11 mulheres (Anexo B).

A APAV identificou 32 mulheres abusadoras sexuais de crianças no ano de 2017 (Anexo C).

#### **b) Características da ofensora/Tipologias**

A idade média das ofensoras sexuais varia entre os 26 e os 36 anos, já os ofensores sexuais do sexo masculino compreendem uma idade média entre os 36 anos. Faller (1987) sugere que esta diferença de idades entre os géneros é devido à elevada frequência de co-ofensas entre homens e mulheres, na qual esta última, mais nova comparativamente com o homem, é coagida a abusar sexualmente. O autor conduziu um estudo, mais tarde (1995) que comprovou a teoria. Porém, o resultado possa ter sido influenciado pelo facto de ter colocado adolescentes abusadoras sexuais na amostra feminina.

Mathews et al., (1989) caracterizaram as mulheres ofensoras sexuais, consoante os fatores motivadores do ato abusivo em três tipos: coagidas por um co-ofensor, predispostas e professora/amante.

A maioria das perpetradoras identificadas por abusos sexuais são as mulheres que cometem este crime na presença de um co-autor, coagidas por este ou acompanhadas (Gannon & Rose, 2008)

As mulheres que são coagidas pelo homem (geralmente companheiras deste) são descritas como emocionalmente dependentes, socialmente isoladas e com baixa autoestima (Mathews et al., 1989). São motivadas pelo medo e dependência do co-agressor, contudo em alguns casos podem considerar favoráveis as relações com crianças e continuar a mantê-las (Saradjian, 1996).

As abusadoras sexuais predispostas geralmente possuem historial de abuso sexual no passado, o que poderá gerar emoções negativas, instabilidade emocional e baixa autoestima, podendo, também, experienciar pensamentos e cognições desviantes que levará posteriormente a ofenderem sexualmente crianças. As vítimas deste tipo de ofensora são usualmente membros familiares, incluindo os descendentes (Mathews et al., 1989; Salter, 2003), pois não procuram vítimas de um determinado género, mas sim a criança vulnerável ao seu dispor (Grattagliano, 2012).

A terceira categoria, professora/amante corresponde ao grupo de abusadoras sexuais com uma idade média de 30 anos e demonstram um elevado grau de dependência nos seus relacionamentos. Possuem um desejo de se expressarem sexualmente e de algum modo ensinar indivíduos adolescentes, com os quais fantasiam as relações e consideram o desejo da vítima, por estas condutas e pela ofensora, recíproco (Mathews et al., 1989; Salter, 2003). A experiência clínica indica que estas mulheres são menos propensas do que outros subtipos a serem vítimas sexualmente quando eram crianças (Saradjian, 1996). No entanto, tendem a ter sofrido abuso verbal ou emocional na infância e podem ter tido um pai distante (ou ausente) (Mathews et al., 1989)

Posteriormente, Hines e Finkelhor (2007 citado por Gannon & Rose, 2008) aprofundaram esta última categoria (professora/amante), na qual propuseram cinco subtipos: amante, em que a mulher adulta possui sentimentos por adolescentes e considera a relação exequível; professora, na qual a ofensora se considera provedora de experiência sexual a adolescentes e tem uma visão romântica sob este tipo de relacionamento; conveniência/desconhecimento, situação em que a abusadora não possui conhecimento da idade real do adolescente devido à aparência deste ou não é dada relevância à idade por parte de ambos; prostituta, caso em que o próprio adolescente paga para ter sexo; e, exploratória, sendo que o comportamento predatório está presente e a mulher mais velha tenta tirar vantagem de um adolescente sexualmente inexperiente.

Geralmente são caucasianas (Faller, 1987; Vandiver, 2006;), de baixo nível socioeconómico (Lewis & Stanley, 2000; Mathews, Matthews & Speltz, 1989; Gannon & Rose, 2008) e possuem poucas qualificações académicas (Jameson & Schellenbach, 1977; Matravers, 2005; Nathan & Ward, 2001; Tardif, Auclair, Jacob & Carpentier, 2005 citado por Gannon & Rose, 2008).

Grande parte dos ofensores sexuais do sexo masculino e feminino relatam maus tratos físicos, psicológicos ou sexuais na infância. Lewis e Stanley (2000) relataram que 80% das mulheres acusadas de abuso sexual dizia que tinham sofrido abuso sexual no passado, na qual, a maioria dos abusos eram perpetrados por uma figura de cuidado. Estas situações proporcionam um desenvolvimento e processo de socialização disruptivo, o que gera dificuldades a nível do funcionamento psicossocial, caracterizado por uma baixa autoestima, passividade, dependência, isolamento social, défices a nível de competências interpessoais, dificuldades em manter relações de intimidade, inadequadas estratégias de *coping*, abuso de substâncias e psicopatologias associadas (Allen, 1991 citado por Gannon & Rose 2008).

Geralmente, nas mulheres abusadoras as motivações para o cometimento do abuso prendem-se mais com questões emocionais do que pela preferência sexual, assim sendo, possuem um menor grau de propensão para apresentarem diagnósticos de pedofilia, comparativamente com os abusadores homens (Wakefield, Rogers & Underwager 1990).

### **c) Características da vítima**

Todas as crianças de diferentes idades, estão em risco de serem vítimas de abuso sexual na infância (Fávero, 2003). Porém, há tipologias que identificam um grupo específico de agressores sexuais femininos que abusam exclusivamente de rapazes adolescentes. Este grupo é caracterizado de professora/amante (*teachers/lovers*), que considera o rapaz adolescente como um adulto, pelo que não interpreta o comportamento abusivo como delituoso (Atkinson, 1996; Cortoni, 2009 citado por Harris, 2010) e a vítima é um participante disposto num relacionamento consensual (Hunter & Mathews, 1997). Este tipo de agressora normalmente age a partir de uma posição de poder que é alcançada através da idade ou do papel dela na vida da criança (por exemplo, como professora ou *babysitter*; Atkinson, 1996; Cortoni, 2009; Sarrel & Masters, 1982 citado por Harris, 2010).

Desde a década de 1960, vários estudos examinaram a prevalência de abuso sexual na infância e forneceram evidências do envolvimento de mulheres como agressoras sexuais de crianças (Anexo A). Embora as percentagens reais variem bastante, os dados indicam que há uma tendência de mais vítimas rapazes denunciarem abuso sexual perpetrado por

uma mulher do que as raparigas. Estes dados podem ser consequência das mulheres realmente abusarem sexualmente de mais crianças do sexo masculino (Saradjian, 2010)

Contudo, as taxas de vitimização masculina e feminina podem ser uma distorção da realidade, pois o abuso pode ser menos estigmatizante para rapazes adolescentes em comparação com raparigas, relatar contacto sexual com uma mulher, tornando mais provável que esta última seja ocultada (Saradjian, 2010)

#### **d) Tipo e severidade do abuso**

Tanto as mulheres ofensoras como os homens podem escolher as vítimas a que têm acesso, exercendo, por exemplo, profissões que envolvam crianças. Normalmente as ofensoras sexuais tendem a ser algum tipo de figura cuidadora da criança, sendo muitas vezes mães, parentes da família ou “*babysitters*” (Faller, 1987). Contudo, há maior probabilidade das mulheres abusarem sexualmente de crianças na companhia de um co agressor masculino (Vandiver, 2006; Gannon & Rose, 2008), que habitualmente é seu parceiro sexual, na qual a mulher é coagida por este. (Lewis & Stanley, 2000; Vandiver, 2006; Gannon & Rose, 2008). Nestas situações de co-ofensa verifica-se um maior número de vítimas. Porém quando o sexo feminino é o perpetrador, geralmente, não coagem outros para se tornarem cúmplices (Matthews, 1993).

O abuso praticado por agressoras sexuais contra crianças é frequentemente interpretado como uma forma distorcida de amor. Enquanto algumas mulheres percebem os filhos, que vitimam, sexualmente como um “amante”, muitas não; o abuso sexual da criança pode envolver fantasias sádicas (Saradjian, 2010). Ramsey-Klawnsnik (1990 citado por Saradjian, 2010) descreveu que 56% das 83 mulheres do seu estudo haviam cometido atos sádicos durante o abuso sexual de crianças. Saradjian (1996) constatou que 29 das 52 mulheres (55%) que abusavam sexualmente de crianças admitiram ter-se excitado sexualmente com pensamentos de atos sexuais sádicos com crianças. Da mesma forma, Rosencrans (1996 citado por Saradjian, 2010) solicitou às vítimas que avaliassem a sua experiência de abuso por parte de uma perpetradora numa escala de violência ou amor. Os resultados mostraram que 49% experimentaram o abuso como violência, em comparação com 30% que experimentaram o abuso como amoroso.

## 5.2 Fatores de vulnerabilidade ao abuso

A carência e a infelicidade são exemplos de estados emocionais ou psicológicos que demonstram vulnerabilidade por parte do menor. O estatuto da vítima é também um fator determinante para os abusadores perceberem se a criança é vulnerável (Fávero, 2003).

Os abusos sexuais estendem-se a todas as classes sociais e a todo o tipo de famílias, pelo que todas as crianças estão em risco de serem vítimas de abuso sexual (Fávero, 2003). Contudo, Finkelhor (1986) indica alguns fatores de vulnerabilidade à agressão sexual na infância, como por exemplo, a falta de um dos pais, quando a criança assiste a discussões entre os pais, ter idades próximas da puberdade, a ausência da mãe por motivos de doença ou necessidade de estar fora do núcleo familiar e afirma que as meninas estão em maior risco do que os rapazes de serem vitimizadas sexualmente. A ausência da mãe, justificada por diversas razões, como por motivos de doença, por sofrer maus tratos físicos por parte do companheiro (as crianças também podem estar sujeitas a maus tratos físicos), viver isolada socialmente e carecer de apoio emocional (Finkelhor, 1986; Fleming *et al.*, 1997 citado por Fávero, 2003) expõe as crianças a um maior risco de serem abusadas sexualmente, pois estes fatores “*contribuem para uma forma de abandono*” (Fávero 2003, p. 145).

Vander e Mey (1988, cit. in Harper, 1993 citado por Fávero, 2003) consideram que o baixo rendimento financeiro, a existência de problemas emocionais ou mentais, o facto de estarem sós e o elevado domínio doméstico por parte de mães são fatores de risco de abusos sexual cometido por estas.

Todos estes fatores a que as crianças estão sujeitas tornam-nas vulneráveis, pois estão mais suscetíveis de atenção e afeto (Kellog e Hoffmann, 1997), pelo que estas necessidades são percebidas pelos abusadores que possuem elevada capacidade de as identificar e que instrumentalizam esta vulnerabilidade para as agredir sexualmente (Conte *et al.* 1989 citado por Fávero 2003).

## 5.3 Dinâmicas abusivas e dificuldades de revelação

O reconhecimento das mulheres como perpetradoras de abusos sexuais de crianças é condicionante dos estereótipos culturais de género, do papel e a conduta que cada um dos



gêneros (masculino e feminino) deve cumprir. Estas condicionantes exercem influência a nível social e judicial (Martins & Carneiro de Sousa, 2004).

Existem outros fatores que contribuem para a dificuldade de identificação de casos de abuso sexual cometido por mulheres, nomeadamente o abuso perpetrado por estas ser de mais fácil ocultação devido às funções de prestação de cuidados que frequentemente lhe são atribuídas. Outra explicação é a de que muitas vítimas são rapazes, mas reportam menos o abuso, pois podem interpretar o abuso como não abusivo ou reforçado pelos estereótipos culturais que inibem a expressão masculina de dependência e sofrimento (Wolfe, Wolfe & Best, 1988; O’Leary, 1999 citado por Machado 2003). Outro fator é o facto do abuso sexual feminino ocorrer em contexto familiar, o que dificulta a revelação por parte da criança devido à proximidade emocional entre vítima e abusadora e por último por questões metodológicas relacionadas com a amostra nos estudos realizados neste âmbito (Gannon & Rose, 2008; Groth & Birnbaum, 1979 citado por Martins & Carneiro de Sousa, 2004).

A dificuldade de revelação por parte das vítimas deve-se, frequentemente, ao contexto familiar em que ocorre o abuso (visto ser o contexto recorrente de abuso sexuais perpetrados por mulheres), caracterizado pela falta de comunicação, afetividade negativa, isolamento e intimidação (Marvasti, 1995 citado por Machado, 2003). Estas características contribuem para que o abuso se transforme naquilo que Furniss (1993) denominou de um “síndrome de segredo”.

Furniss (1993) distinguiu fatores externos e internos de segredo. Relativamente aos fatores externos é de salientar a ausência de evidências médicas, pois são raras as vezes que resultam lesões físicas ou existam vestígios de outro tipo que constituam indicadores, visto que na maior parte dos casos com crianças não há penetração anal ou vaginal, quando há penetração, a ejaculação dá-se, muitas vezes, fora das cavidades, frequentemente, a criança e as roupas são lavadas e geralmente o período entre a ocorrência e o exame médico-legal é superior a 48 horas, o que torna difícil, se não impossível, os estudos para pesquisa de esperma (Magalhães, 2005). É de mencionar como fator externo as estratégias de coação ou suborno utilizadas pelo abusador, como por exemplo, ameaças, violência, castigos, promessas, prendas. O medo da criança das retaliações da revelação, de ser ridicularizada ou de não acreditarem nela e em alguns casos, terem causado sofrimento aos outros ou ao próprio abusador, de ser retirada de

casa ou de ser castigada. É comum as crianças tentarem revelar o que se passa, porém não de uma forma explícita ou direta devido aos receios anteriormente mencionados, por dificuldades de linguagem, por não compreenderem bem o que se está a acontecer e se tal é ou não adequado. Estas tentativas falhadas de revelação reforçam o segredo e aumentam a probabilidade de a criança não voltar a tentar contar o sucedido (Machado, 2003).

#### **5.4 Consequências dos abusos sexuais de menores**

Embora existam poucos estudos que revisam as experiências das vítimas de abuso sexual perpetradas por mulheres, os estudos disponíveis enfatizam os danos às vítimas de mulheres ofensoras (por exemplo, Denov, 2004). Por exemplo, numa amostra de Denov (2004), sete homens e sete mulheres abusados sexualmente por mulheres, relataram que era altamente prejudicial e difícil de recuperar; apenas um homem relatou que o abuso se sofreu por uma perpetradora não o prejudicou. Como resultado do abuso sexual, os entrevistados masculinos e femininos relataram dificuldades a longo prazo com abuso de substâncias, automutilação, suicídio, depressão, raiva, relacionamentos tensos com as mulheres, problemas de autoconceito e identidade e desconforto com o sexo.

Porém há alguns fatores que aumentam o impacto do abuso sexual. Um fator importante que pode agravar ou reduzir os efeitos do abuso sexual é a reação do meio à revelação do mesmo (Furniss, 1993; Cohen e Mannarino, 1993; Fávero, 2003). Cohen e Mannarino enfatizam a importância do apoio familiar, revelando que as vítimas que receberam apoio da rede familiar apresentaram menos sintomas dos que os que não tiveram qualquer tipo de apoio, pelo que é importante o carinho e a atenção que dedicam à vítima, a postura de acreditar na criança e a valorização do seu sofrimento, destacando-a como vítima e não causadora e única responsável pelo abuso.

Kilpatrick (1992, citado por Fávero, 2003) apresentou, aferindo a opinião de outros autores, quatro fatores, relacionados entre si, que agravam as consequências dos abusos sexuais. Desta forma, o meio pode contribuir para o segredo (primeiro fator) quando, o abuso não é percebido mediante revelação ou sinalização, pelos profissionais ou família. (completar livro inglês) O que irá reforçar o medo da criança em futuras revelações, como visto anteriormente (Furniss, 1993). Desta forma, quando o meio não acredita na criança (segundo fator) os efeitos da revelação são exacerbados. Ainda, o

clima da resposta ambiental, ou seja, a resposta favorável do meio, sobretudo a reação dos pais é fundamental para reduzir os efeitos dos abusos sexuais na criança. Quando os profissionais de apoio às vítimas enfatizam mais o castigo do agressor do que o tratamento da vítima, pode ser considerado pior do que o próprio abuso (Kilpatrick, 1992 citado por Fávero, 2003).

Os profissionais que trabalham com a problemática dos abusos sexuais devem procurar evitar a repetição de entrevistas com vítimas de abuso, pois aumentam nestas o sentimento de culpa e vergonha e geram a ideia de que os seus testemunhos não são reais (Jaudes e Martone, 1992).

Assim, segundo Furniss (1993), a postura dos profissionais a quem são confiadas histórias de abuso sexual ou que são solicitados a intervir de alguma forma, é muito importante para o ajustamento posterior da vítima.

O tipo de abuso sexual, dos quais, a penetração, sexo anal, sexo oral e a masturbação são fatores que contribuem para agravar os efeitos negativos do abuso (Fávero, 2003).

A relação com o agressor e a estratégia utilizada por este são também fatores que agravam os efeitos dos abusos sexuais, bem como a duração e frequência e ainda a idade da vítima e do agressor (Fávero, 2003).

## **CAPÍTULO II – ESTUDO EMÍRICO**

## **2. Metodologia**

### **2.1 Proposta de Intervenção**

O abuso sexual de uma criança ocorre quase sempre em segredo, o que significa os números que se conhecem em torno desta realidade não a espelham com toda a veracidade. Quanto mais impensável e, conseqüentemente, estigmatizante, a forma de abuso, maior a probabilidade deste não ser reportado e quando é, se não for reconhecido como abuso, esta problemática continuará a ocorrer sem ser devidamente identificada. O abuso sexual de crianças, especialmente crianças pré-púberes, perpetrado por mulheres ainda é praticamente um tabu na sociedade atual, pois social e culturalmente esse comportamento é “impensável” e “anti-natural”, por isso descartado. A prevalência de agressoras sexuais relatadas em estudos de vitimização difere significativamente da percentagem de mulheres ofensoras conhecidas/condenadas. Portanto, é importante reiterar que os dados dos relatórios de casos, em particular as estatísticas de justiça criminal, refletem apenas os casos que entraram em contacto com os sistemas de justiça criminal ou de proteção à criança. Esses números não levam em conta casos não relatados ou casos relatados que não foram processados por vários motivos. Isso indica uma falha para que essas mulheres sejam identificadas e / ou relatadas ao sistema de justiça criminal.

### **2.2 Objetivo Geral**

Com este estudo pretende-se, essencialmente, recolher junto de profissionais que trabalham diariamente com a problemática dos abusos sexuais a menores, a sua perceção, construída a partir das suas experiências profissionais, sobre mulheres perpetradoras deste ato.

### **2.3 Objetivos Específicos**

Quanto aos objetivos específicos, estes foram delineados no sentido de concretizar o objetivo geral, e são os seguintes:

- Aferir a perceção de técnicos que trabalham num sistema de proteção de vítimas crianças e técnicos do sistema de justiça criminal em relação às causas das ofensas perpetradas por mulheres a menores de idade;

- Aferir a perceção de técnicos que trabalham num sistema de proteção de vítimas crianças e técnicos do sistema de justiça criminal em relação às consequências das ofensas perpetradas por mulheres a menores de idade;
- Identificar as dificuldades sentidas pelos técnicos relativamente ao trabalho desenvolvido na área do abuso a menores de idade;
- Identificar as estratégias de superação das dificuldades sentidas pelos técnicos relativamente ao trabalho desenvolvido na área do abuso a menores de idade.

## **2.4 Método**

O presente estudo recorre à metodologia qualitativa, de carácter descritivo e exploratório, com recurso à técnica da entrevista semiestruturada, aplicada na forma semidiretiva.

## **2.5 Participantes**

A presente proposta de estudo prevê um grupo de participantes, idealmente distribuídos de modo equitativo em termos de género, com formações e percursos profissionais diversos (e.g., técnicos da APAV, em específico, colaboradores do projeto CARE, que tem como objetivo apoiar crianças e jovens vítimas de violência sexual de forma especializada, bem como as suas famílias e amigos/as, e, agentes da Polícia de Segurança Pública do Porto).

## **2.6 Instrumentos**

A entrevista foi a técnica qualitativa de recolha de dados selecionada para efetuar o presente projeto, uma vez que a sua grande vantagem em relação a outras técnicas qualitativas é o facto de permitir a captação imediata e corrente da informação que se deseja (Lüdke & André, 1986, cit. por Oliveira, 2008). Visto que se procura fazer face aos fatores desestabilizadores no estabelecimento da prevalência das agressoras sexuais, calcula-se que a entrevista seria o método mais adequado para chegar a uma mais aprofundada análise da perceção dos técnicos do setor de justiça criminal e de proteção de vítimas relativamente aos abusos sexuais perpetrados por mulheres. Em específico, pretende-se utilizar a entrevista semiestruturada por proporcionar mais liberdade e

flexibilidade ao entrevistador e entrevistado ao permitir que se elabore um guião semiestruturado, no qual constam tópicos/perguntas previamente elaborados, mas ao qual se pode fazer modificações/remoções/adições durante a entrevista (Duarte, 2004). Por exemplo, é esperado que, no contexto de entrevista, as respostas dos entrevistados façam surgir novos questionamentos que não foram previstos pelo entrevistador mas que são pertinentes por possibilitarem uma melhor compreensão do fenómeno em questão (Duarte, 2004).

Serão utilizados dois instrumentos. Um questionário sociodemográfico (Anexo D) e um guião de entrevista semiestruturado (Anexo E), sendo os mesmos baseados na revisão da literatura efetuada.

## **2.7 Procedimentos**

No que diz respeito aos procedimentos para a realização deste estudo, deverá primeiramente ser garantido o cumprimento das normas de ética partilhadas pela comunidade científica internacional, nomeadamente, a salvaguarda do anonimato, a confidencialidade e o consentimento informado (Anexo F). Começar-se-á por submeter o projeto à apreciação da Comissão de Ética da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa.

Seguidamente, será necessária a realização de um pedido de autorização formal à APAV e à PSP do Porto.

Logo depois será solicitado a autorização para a gravação áudio da entrevistada aos participantes que voluntariamente decidam participar no estudo (Anexo G).

As entrevistas serão previamente agendadas com cada um dos participantes, atendendo à sua disponibilidade, e serão realizadas num lugar reservado de modo a garantir as condições necessárias ao anonimato do entrevistado e à confidencialidade dos dados recolhidos (Boni & Quaresma 2005).

No que diz respeito à confidencialidade e anonimato dos participantes, não serão disponibilizados quaisquer dados que permitam a identificação dos mesmos, estando garantidos o sigilo profissional e declaração de compromisso de oficiosidade do entrevistador.

### **3. Apresentação e Discussão dos Resultados Esperados**

No que diz respeito aos resultados, espera-se que com as entrevistas efetuadas se perceba qual é a percepção dos técnicos do sistemas de proteção de vítimas e dos técnicos do sistema de justiça criminal, na qual é esperado que alguns dos participantes tenham ideias distorcidas relativamente aos abusos sexuais, bem como a existência de algumas dúvidas, assim como dificuldades na percepção de situações de abuso quando perpetrado por mulheres. Isto porque a mulher é retratada habitualmente como vítima e na maioria dos casos de abuso sexual, como constatámos na literatura, são consideradas para-fílicas.

Após a realização da entrevista é esperado que futuramente os profissionais tenham uma melhor postura perante as vítimas, de forma a diminuir o impacto dos abusos sexuais a que foram sujeitas.

### **Conclusão**

Embora os estudos existentes sobre agressores sexuais femininos tenham fornecido uma série de conhecimentos sobre mulheres que abusam sexualmente, a literatura atual não representa adequadamente todo o espectro da vitimização infantil perpetrada por mulheres. É necessária uma pesquisa empírica consideravelmente melhor documentada para orientar os profissionais da Criminologia, da Psicologia e da Justiça no entendimento das agressoras sexuais. Nos últimos anos, várias tipologias preliminares de agressoras sexuais começaram a surgir de modo a especificar com mais clareza as características, a dinâmica e os padrões de ofensa das agressoras sexuais femininas. No entanto, a revisão atual mostrou que a maioria das agressoras sexuais se enquadra em vários modelos de tipologia sugeridos. Contudo, as tipologias existentes usadas para descrever essas mulheres podem ser insuficientes. Recomenda-se que a exploração mais abrangente dessa população infratora continue, a fim de melhor compreender e classificar as agressoras sexuais femininas.

Sendo, os abusos sexuais um assunto, infelizmente, tão recorrente nos dias de hoje, torna-se urgente fazer face a esta problemática, pelo risco de reincidência existente em crimes desta natureza e numa tentativa de conceber estratégias e planos de intervenção e avaliação quer com vítimas que com os abusadores. Porém, torna-se, também, de extrema importância a Formação, que os profissionais que trabalham com as denúncias de abusos



sexuais, têm, de forma a combater as cifras negras causadas pelos estereótipos da sociedade.

## Referências bibliográficas

- Alberto, I. (2006). Abuso sexual de crianças: O psicólogo na encruzilhada da ciência com a justiça. In A. Fonseca, M. Simões & M.S. Pinho (Eds.) *Psicologia Forense* (pp. 437-470). Coimbra: Almedina.
- Albuquerque, A. (2006). *Minorias eróticas e agressores sexuais*. Lisboa: Dom Quixote.
- Canha, J. (2003). A criança vítima de violência. In C. Machado & R.A Gonçalves (Coords.), *Violência e Vítimas de Crimes* (Vol. 2- Crianças) (2ª Ed.) pp 13-36. Coimbra. Quarteto.
- Código Penal. 2018. Coimbra, Edições Almedina, S.A.
- Cohen, J.A.; Mannarino, A.P. (1993), “A treatment model for sexually abused preschoolers”, *Journal of Interpersonal Violence*, 8(1), pp. 115-131.
- Costa, J. (2003). *Sexo, sexo e crime: Teoria e investigação da delinquência sexual*. Lisboa: Edições Colibri.
- Coutinho, C.P. (2013). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas*. Coimbra, Edições Almedina.
- Denov, M.S. (2004). The long-term effects of child sexual abuse by female perpetrators: A qualitative study of male and female victims. *Journal of Interpersonal Violence*, 19, pp. 1137-1156.
- Duarte, R. (2004). Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar*, 24, pp.213-225
- Echeburúa, E. & Guerricaechevarría, C. (2000). *Abuso sexual en la infancia: Víctimas y agresores un enfoque clínico*. Barcelona: Editorial Ariel.
- Elliot, M. (1994). Female sexual abuse of children: “the ultimate taboo”, *Journal of the Royal Society of Medicine*, 87, pp. 691- 694
- Estatísticas da Justiça. [https://estatisticas.justica.gov.pt/sites/siej/pt-pt/Paginas/Abuso\\_sexual\\_menores.aspx](https://estatisticas.justica.gov.pt/sites/siej/pt-pt/Paginas/Abuso_sexual_menores.aspx) [Consultado em 26/09/2019]
- Faller, K.C. (1987). Women who sexually abuse children. *Violence and Victims*, 2, (4), pp. 263-276.
- Fávero, M.F. (2003). *Sexualidade infantil e abusos sexuais a menores*. Lisboa: Climepsi

- Finkelhor, D. (1993), "Epidemiological factors in the clinical identification of child sexual abuse", *Child Abuse and Neglect*, 17, pp. 67-70.
- Finkelhor, D. (1986), *A sourcebook on child sexual abuse*, Newbury Park, CA, Sage Publications.
- Finkelhor, D. (2009), The prevention of childhood sexual abuse. *The Future of Children*, 19 (2). 169-194.
- Fortin, M.F. (2000). *O Processo de Investigação: Da concepção à realização*. Loures, Lusodidacta.
- Furniss, T. (1993). *Abuso sexual da criança. Uma abordagem multidisciplinar* (M.A.V. Veronese, Trad.) (2ª Ed.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Gaitán, E. (2006). Decisión individual del delincuente y motivación delictiva. In M. Verde & D. Roca (Coords.). *Psicología criminal* (pp. 311-333). Madrid: Pearson Prentice Hall.
- Gannon, T.A. & Rose, M.R. (2008). Female child sexual offenders: Towards integrating theory and practice. *Aggression and Violent Behavior*, 13, 442- 461
- Gratragliano, I; Owens, J.N; Morton, R.J; Campobasso, C.P; Carabellese, F & Catanesi R. (2012). Female sexual offenders: Five Italian cases studies. *Aggression and Violent Behavior*, 17, 180- 187.
- Harris, D. (2010). Theories of Female Sexual Offending. In: Gannon, T. & Cortoni, F. (Ed.). *Female Sexual Offenders: Theory, Assessment, and Treatment*. Wiley- Blackwell. Malden, MA. Pp. 31-51.
- Howitt, D. (2006). *Introduction of forensic and criminal psychology* (2nd Ed.) London: Pearson Prentice Hall.
- Hunter, J.A., & Mathews, R. (1997). Sexual deviance in females. In R.D. Laws & W.O'Donoghue (Eds.), *Sexual deviance: Theory, assessment and treatment* (pp. 465-480). New York: Guilford Press.
- Jaudes, P.K.; Martone, M. (1992), "Interdisciplinary evaluations of alleged sexual abuse cases", *Pediatrics*, 89 (6), pp. 1164-1168

- Júnior, C.A.M. (2009). Questões em bioestatística: o tamanho da amostra. *Revista Interdisciplinar de Estudos Experimentais- Animais e Humanos Interdisciplinary Journal of Experimental Studies*, Volume 1, 1, pp. 26-28.
- Kellog, N.G.; Hoffman, T.J. (1997). "Child sexual revictimization by multiple perpetrators", *Child Abuse and Neglect*, 21 (10), pp. 953- 964.
- Lewis, C.F., & Stanley , C.R. (2000). Women accused of sexual offenses. *Behavioral Sciences and the Law*, 18, pp. 73-81.
- Machado, C. (2003). Abuso sexual de crianças. In C. Machado & R.A. Gonçalves (Coords.), *Violência e Vítimas de Crimes*. (Vol.2- crianças) (2ª Ed.) (pp.39-93). Coimbra: Quarteto.
- Machado, C. & Matos, R. (2004). Criminalidade feminina em Portugal: caracterização das jovens mulheres detidas em estabelecimentos prisionais portugueses. In A.M.C Toscano & S. Godslan (Orgs.), *Mulheres Más: Percepção e Representações da Mulher Transgressora no Mundo Luso- Hispânico*. (Vol.1) (pp. 313- 332). Porto: Edições Fernando Pessoa.
- Magalhães, T. (2005). *Maus tratos em crianças e jovens*. (4ª Ed.). Coimbra: Quarteto.
- Maria, S.G. (2007). A participação da comunidade na prevenção dos abusos sexuais. *Análise Psicológica*, 1 (25), pp.13-24.
- Martins, I & Carneiro de Sousa, M.J. (2004). Um caso de mulher má. In A.M.C Toscano & S. Godslan (Orgs.) *Mulheres Más: Percepção e Representações da Mulher Transgressora no Mundo Luso- Hispânico*.(Vol.1) (pp. 365- 375). Porto: Edições Fernando Pessoa.
- Mathews, R., Matthews, K.K., & Speltz, K. (1989). *Female sexual offenders: An exploraty study*. Owel, VT: Safer Society Press.
- Matthews, J.K. (1993). Working with female sexual abusers. In M. Elliott (Ed.), *Female sexual abuse of children* (pp. 57-73). NY: Guilford Press.
- McNulty, E.A. (2012). Transcription and analysis of qualitative data in a study of women who sexually offend against children. *The qualitative Report*, 17 (94), pp. 1-18.

- Moura, H.R. (1998). *A Expressão Violenta da Sexualidade: Contributo para o Estudo dos Agressores Sexuais*, tese de mestrado em Psicologia, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Paulino, M., Almeida, F. (2012). *Profiling, Vitimologia e Ciências Forenses: Perspetivas Atuais*, 2ª Ed. Lisboa: Pactor.
- Oliveira, C.L. (2008). Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicos e características. *Revista Travessias*, 2(3), pp. 1-16.
- Paulino, M. Almeida, F. *Profiling, Vitimologia e Ciências Forenses: Perspectivas Atuais*, 2ª Ed. Lisboa: Pactor, 2012.
- Sacau, A.; Alves, J. & Peixoto, C. (2004). Estudo de representação científica e jornalística da mulher delinquente. In A.M.C Toscano & S. Godslund (Orgs.) *Mulheres Más: Percepção e Representações da Mulher Transgressora no Mundo Luso- Hispânico*.(Vol.1) (pp. 333- 344). Porto: Edições Fernando Pessoa.
- Salter, A. (2003). *A pedofilia e outras agressões sexuais: como nos podemos proteger anos e aos nossos filhos*. (A. Rocha & I. Nunes, Trad.). Lisboa: Editorial Presença
- Saradjian, J. (1996). *Women who sexually abuse children: From research to clinical practise*. Chichester, UK: Wiley.
- Saradjian, J. (2010). Understanding the prevalence of female- perpetrated sexual abuse and the impact of that abuse on victims. In: Gannon, T. & Cortoni, F. (Ed.). *Female Sexual Offenders: Theory, Assessment, and Treatment*. Wiley- Blackwall. Malden, MA. pp. 9-30.
- Vandiver, D.M. (2006). Female Sex Offenders: A comparison of solo offenders and co-offenders. *Violence and Victims* , 21(3), pp. 339-354.
- Verde, M. (2005). Psicología de investigación criminal. In M. Verde (Coords.). *Manual de psicologia jurídica e investigación criminal* (pp. 39-52) Madrid: Ediciones Pirámide.
- Wakefield, H.; Rogers, M & Underwager, R. (1990). Female sexual abusers: A theory of Loss. *American Journal of Forensic Psychology*, 2(4), pp.181-195.

Werner, J., & Werner, M. (2004). Perícias em direito da família. In J. Taborda, M. Chalub & E. Abdalla- Filhp. (Coords.). *Psiquiatria Forense* (pp. 191- 219). Porto Alegre: Artmed Editora.

## **ANEXOS**

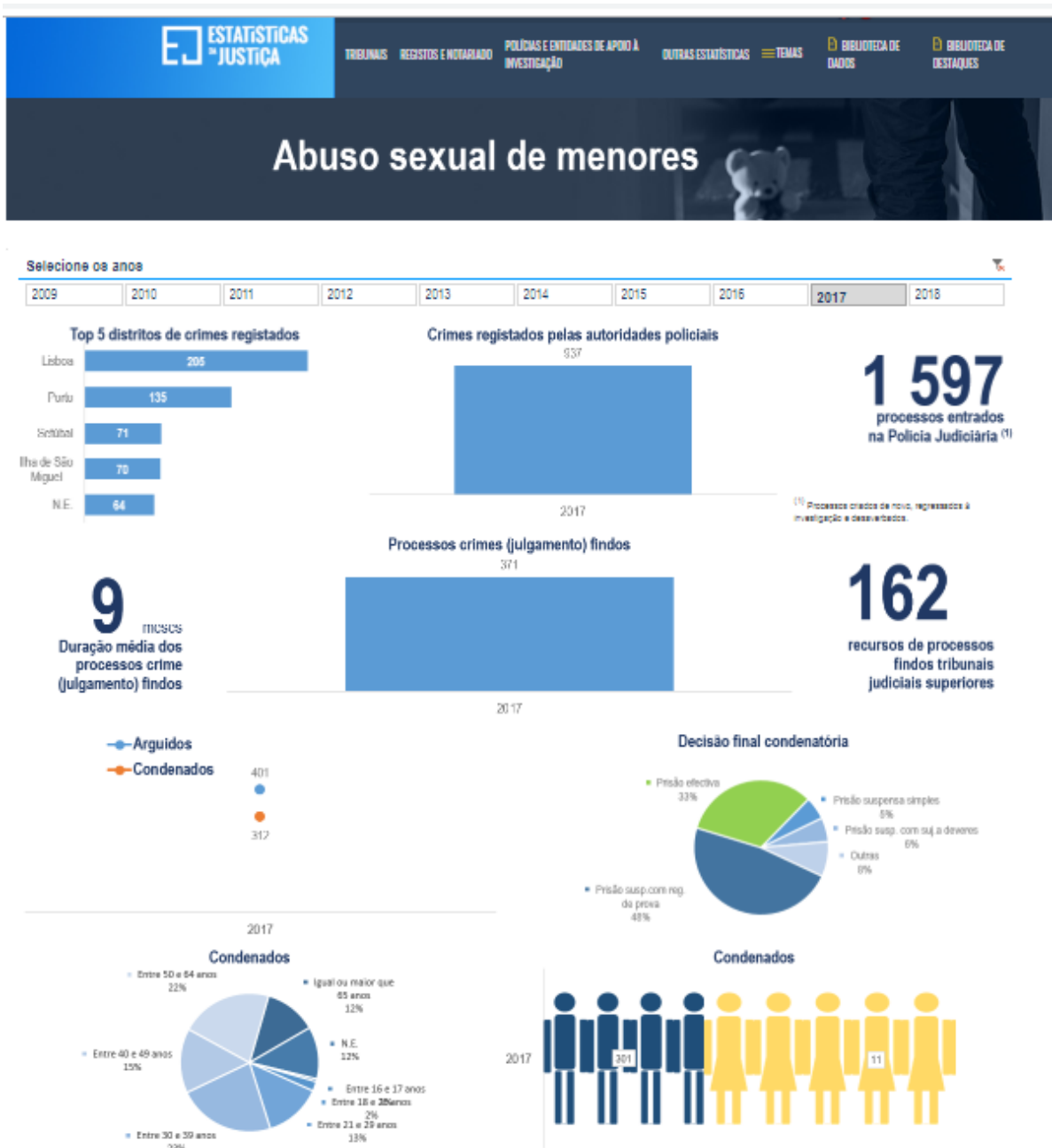
## Anexo A- Prevalência de abusos sexuais perpetrado por mulheres em estudos de vitimização

**Table 2.1** Prevalence of sexual offending by women according to victimisation studies

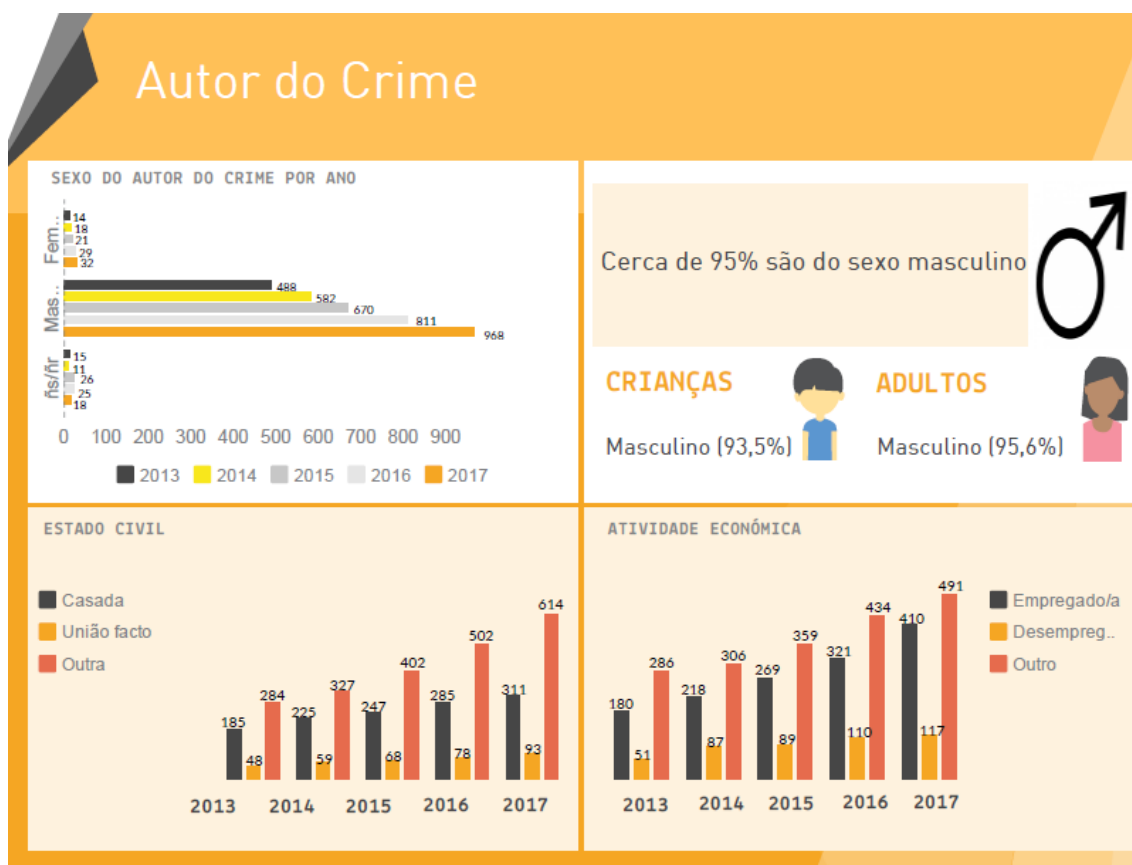
Studies	Sample	Girls Abused by Women (%)	Boys Abused by Women (%)
Etherington (1995)	25 male victims of child sexual abuse	—	52
Finkelhor (1984)	44,700 cases reported in 1979	5	20
Finkelhor, Hotaling, Lewis and Smith (1990)	169 men and 416 women victims of sexual abuse	1	17
Kendall-Tackett and Simon (1987)	365 women molested as children	3	—
Johnson and Shrier (1987)	Male adolescents attending a clinic (1982–1984) who disclosed sexual abuse – $n = 25$	—	44
Kelly, Wood, Gonzalez, MacDonald and Waterman (2002)	67 men referred to a clinic with a history of sexual abuse	—	20
NSPCC (2004) Childline	Reports of sexual abuse by children Girls – $n = 6,356$ Boys – $n = 2,184$	4	37
NSPCC (2007) Childline	Reports of sexual abuse by children Total $n = 11,976$ 82% stated gender of perpetrator (actual $n$ by gender not reported)	5	44
Peter, 2009	Canadian incidence study of child sexual abuse cases Girls – $n = 246$ Boys – $n = 99$	9.3	14.1



Anexo B- Dados de “Estatísticas da justiça”



## Anexo C- Informação recolhida pela APAV relativa ao sexo do ator do crime de abuso sexual.



## **Anexo D- Questionário sociodemográfico**

### **1. Características sociodemográficas**

#### **1.1 Género**

#### **1.2 Idade**

#### **1.3 Estado Civil**

#### **1.4 Habilitações Literárias**

#### **1.5 Profissão**

#### **1.6 Situação na profissão**

#### **1.7 Experiência profissional**

#### **1.8 Formação específica**

#### **1.9 Experiência profissional na área dos maus tratos a menores**

## **Anexo E- Guião de entrevista**

1. Da sua experiência profissional, em casos de abuso sexual, qual o seu entendimento em torno daqueles que poderão ser consideradas as principais causas da não identificação de abusos sexuais perpetrados por indivíduos pertencentes ao sexo feminino.
2. Que consequências considera que haverá após essa denúncia negligenciada por parte de técnicos que não a interpretem como abuso?
3. Tendo em conta o trabalho desenvolvido na área, gostaria que identificasse aquelas que, para si, constituem as maiores dificuldades de deteção de abuso sexual perpetrado por uma mulher.
4. A partir, uma vez, da sua experiência, quais as estratégias habitualmente usadas para deteção de caso de abuso sexual? Quais as que se têm revelado mais eficazes e por quê?

## Anexo F- Consentimento Informado

### DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

*Designação do Estudo (em português):*

-----  
-----

**Eu, abaixo-assinado, (nome completo do participante no estudo) -----**

-----, compreendi a explicação que me foi fornecida acerca da participação na investigação que se tenciona realizar, bem como do estudo em que serei incluído. Foi-me dada oportunidade de fazer as perguntas que julguei necessárias, e de todas obtive resposta satisfatória.

Tomei conhecimento de que a informação ou explicação que me foi prestada versou os objectivos e os métodos. Além disso, foi-me afirmado que tenho o direito de recusar a todo o tempo a minha participação no estudo, sem que isso possa ter como efeito qualquer prejuízo pessoal.

Foi-me ainda assegurado que os registos em suporte papel e/ou digital (sonoro e de imagem) serão confidenciais e utilizados única e exclusivamente para o estudo em causa, sendo guardados em local seguro durante a pesquisa e destruídos após a sua conclusão.

Por isso, consinto em participar no estudo em causa.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/20\_\_

**Assinatura do participante no projecto:** \_\_\_\_\_

O Investigador responsável:

**Nome:**

**Assinatura:**

### **Anexo G- Solicitação para autorização da gravação**

No domínio da vigente investigação, solicita-se a autorização da gravação áudio da entrevista do participante \_\_\_\_\_(Assinatura do Participante). A gravação tem como único objetivo tornar a entrevista mais espontânea, com o mínimo de interrupções. É de extrema importância que esta seja contínua para que a recolha de informação seja o mais fidedigna possível. Por fim, informa-se, que após análise das respostas e escritas para papel, a gravação será destruída.

Data:\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

O entrevistado \_\_\_\_\_

O entrevistador \_\_\_\_\_(Eunice Pereira)